

Presidente condena imposto

Fernando Henrique

diz que não se acaba com pobreza estalando dedos e lembra que ACM não fez isso na Bahia

Lima - O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, em entrevista concedida em Lima, que seria enganoso se pensar que uma única medida seria capaz de acabar com a miséria no País, referindo-se à proposta feita pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de se aprovar a criação de um imposto com esse objetivo. “Não conheço a proposta do presidente do Senado, mas se for a melhor, ótimo”, disse Fernando Henrique Cardoso. “O senador Antonio Carlos sabe muito bem que não se acaba com a pobreza estalando-se os dedos. Ele não conseguiu isso na Bahia, e eu não tenho como fazer isso no Brasil”, completou o Presidente. Segundo Fernando Henrique, “o Brasil está

numa situação em que é difícil propor novos impostos”, argumentou, ao justificar sua posição.

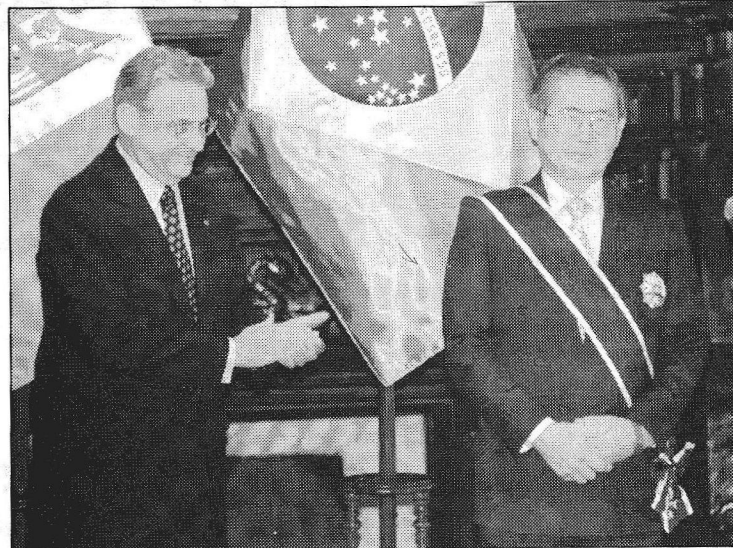
Fernando Henrique disse ainda que para obter uma taxa de juros aceitável o País precisa avançar nas reformas constitucionais. Destacou que é preciso se encontrar formas de se reduzir de forma definitiva o déficit público, porque o desequilíbrio das contas públicas impede uma queda mais rápida dos juros. “Por isso a redução dos juros é uma questão técnica. O Governo não pode atuar sobre isso de forma política”, disse o Presidente.

Fernando Henrique observou que num eventual momento em que o Copom não determine uma redução de juros, isso não significará que o País está se desviando da trajetória de diminuição das taxas. O Presidente disse também que, antes de decidir instalar uma nova fábrica no Brasil, a Ford havia manifestado disposição de construí-la fora de São Paulo. E ressaltou que a decisão do Governo de conceder incentivos para a instalação da nova fábrica na Bahia não teve objetivo de esvaziar São Paulo economicamente.

O Presidente ressaltou que respeita os funcionários da Ford, que têm seu apoio na luta pela manutenção do emprego. Mas observou que a realização de demissões é decisão da empresa. “O importante nisso é que o Governo é favorável a uma desconcentração regional do desenvolvimento econômico”.

Fernando Henrique evitou comentar as denúncias do deputado Geraldo Magela (PT-DF) contra o ex-secretário de Política Urbana, Ovidio de Angelis, alegando que precisa se informar melhor sobre o assunto. Segundo Geraldo Magela, Angelis teria repassado, às vésperas da reforma ministerial, metade do orçamento da Pasta que ocupava, a Secretaria de Políticas Regionais, para municípios goianos administrados por prefeitos do PMDB, partido dele, achando que seria demitido do cargo na reforma. Mas o Presidente garantiu que vai examinar o que ocorreu com os recursos da Secretaria.

“Não posso levemente responder do exterior sobre uma questão dessa implicação”, argumentou. “O Presidente não pode agir antes de ter informações adequadas.” Ele justificou



Fernando Henrique com Fujimori: “Faço o que quero”

que há a necessidade de se levar em conta a dificuldade de uma única pessoa liberar verbas indevidamente, sem ser contida pelo sistema de controle de gastos públicos existentes no País. “Além do que a liberação não é um fato que dependa de um ministro. Temos um sistema de controle de contingenciamento de verbas muito grande.”

Segundo o Presidente, sua posição não tem nada a ver com as reiteradas declarações do senador Antonio Carlos Maga-

lhães (PFL-BA) de que não deve falar de assuntos internos nas suas viagens ao exterior. “Isso é outra obsessão que não tem sentido”, rebateu. “Faço o que eu quero, do jeito que eu acho, do jeito que eu sou”. Fernando Henrique disse que não vai mudar seu jeito de ser para atender a quem quer que seja. “Podem dizer o que quiser. Vou continuar sendo o que eu sempre fui”, disse o Presidente.

**MAIS FERNANDO HENRIQUE
NA PÁGINA 8-A**